

Para muitos mergulhadores, um canhão (ao lado) pode não ser mais do que uma pequena rocha

É difícil pensar numa política para o património cultural subaquático sem pensar nos mergulhadores desportivos. E também é difícil pensar numa política para o património cultural subaquático que considere os mergulhadores desportivos como parceiros de importância primordial sem concluir que a cultura organizacional da administração pública vai ter de mudar radicalmente.

A palavra aos **mergulhadores**

Durante a maior parte do século XX a administração pública portuguesa foi organizada para impor a vontade dos políticos à população, e não o contrário, como devia ser em democracia. Assim, trinta anos depois da instauração de uma democracia parlamentar no nosso país, alguns sectores da administração pública ainda têm uma postura de desconfiança geral em relação à população.

Como acontece nestas situações, a própria população acabou por aceitar a cultura vigente, e muitas pessoas ainda acham que os portugueses em geral não merecem confiança e precisam de ser reprimidos, por exemplo para evitar actos de vandalismo sobre o património cultural subaquático.

Mas quando se pensa nas questões mais importantes relativas à protecção, estudo, divulgação e promoção do património cultural subaquático português, a práti-

do país, ou que se fizesse tiro ao alvo com pratos de faiança do século XVII. Nos anos oitenta o IPPAR fez os possíveis para empatar o trabalho pioneiro do Museu Nacional de Arqueologia, e nos anos noventa Pedro Santana Lopes, o Secretário de Estado da Cultura de Cavaco Silva, conseguiu fazer passar uma lei que permitia a companhias – portuguesas e estrangeiras – destruir e vender o património cultural subaquático português.

Se pensarmos bem, até meados dos anos oitenta foi apesar do Estado que se fizeram alguns avanços no campo da defesa e estudo do património subaquático português. São exemplos os esforços da FPAS e do CPAS nos anos sessenta e setenta, ou da equipa do Museu do Mar de Cascais nos anos oitenta.

Parece portanto evidente que a política de sobrançeria e secretismo não funcionou, e que criar um clima de confiança

verificar o achado dele (no Algarve) um dia depois de termos tido autorização do IPPAR, e que tínhamos pago do nosso bolso a gasolina para ir verificar o achado por ele declarado! Mas a maioria das pessoas pode bem com as misérias dos outros e a verdade é que, objectivamente, o Estado tinha demorado mais de um mês a aparecer e a reconhecer os direitos dele.

Durante muitos anos era impossível pedir calma aos achadores. Do ponto de vista dos que declaravam os achados a realidade era muito clara: eles pagavam os impostos e declaravam os achados. Isto é, faziam a parte deles!

Em Portugal o Estado infelizmente não vê o património como uma prioridade e frequentemente são os funcionários públicos que pagam a favas, porque são eles que interagem com a população. Eles são a cara dos políticos.

Oito anos depois, creio que é óbvio para

Em Portugal o Estado infelizmente não vê o património como uma prioridade e frequentemente são os funcionários públicos que pagam a favas, porque são eles que interagem com a população.

ca das últimas cinco ou seis décadas – desde a divulgação do escafandro autónomo em Portugal – demonstra que a exclusão da sociedade civil, quer através de repressão, quer através de secretismo, não funcionou lá muito bem. Os sítios arqueológicos do Cabo da Roca, do Cabo Raso, de São Julião da Barra, da Trafaria e das Pedras Negras, nas imediações do Cabo Espichel – para citar alguns dos que se encontravam mesmo nas barbas do poder – foram pilhados impunemente durante décadas, perante a completa impotência do Estado.

Por outro lado, o próprio Estado foi frequentemente o promotor de asneiras e crimes contra o património, apesar dos números organismos encarregues da salvaguarda e estudo do património português e muitas vezes contra a opinião de um incontável número de funcionários honestos e dedicados. Nos anos setenta o Ministério da Educação Nacional atribuiu autorizações de salvados e permitiu que muitas bocas de fogo em bronze fossem fundidas ou vendidas para fora

e parceria entre o Estado e os mergulhadores ainda vai levar algum tempo. Por isso há que começar quanto antes. Durante a minha passagem pelo IPPAR e pelo IPA, entre 1996 e 1998, quando eu trabalhei na criação do CNANS e na escavação de São Julião da Barra, vários mergulhadores desportivos (felizmente poucos!) me disseram que não fazia sentido declarar os achados fortuitos ao estado, porque o Estado ou não aparecia ou levava os artefactos encontrados, mandava vedar a zona dos achados ao mergulho, e “nunca mais dizia nada”.

A trabalhar para o Estado, ou seja, do “outro lado da barricada”, eu sabia perfeitamente que era impossível explicar à população, isto é, aos contribuintes que pagavam o meu salário, que todos punhamos mais de 8 horas por dia no projecto do CNANS, 6 ou 7 dias por semana, para tentar acudir a todas as chamadas, as mais antigas com 12 anos de atraso. Uma vez tentei explicar a um achador fortuito que só tive 15 dias de férias em 3 anos, que tínhamos ido

toda a gente que a criação do CNANS, uma ideia da Dra. Simonetta Luz Afonso que foi prontamente apoiada pelo Ministro da Cultura António Maria Camilho, melhorou extraordinariamente a situação da arqueologia subaquática em Portugal.

O fantasma da caça ao tesouro parece estar definitivamente afastado e o silêncio da imprensa sobre o património subaquático indica um clima sem sobresaltos nem escândalos (um amigo meu diz que os organismos do Ministério da Cultura só aparecem na imprensa quando cai o telhado de uma igreja ou de um palácio, quando um empreiteiro – geralmente a mando de uma empresa pública – destrói uma jazida arqueológica, ou quando os músicos do S. Carlos estão em greve).

Mas o sinal mais importante de que as coisas estão “no bom caminho” é a promoção activa dos cursos da Nautical Archaeology Society (NAS) pelo CNANS. Há três meses escrevi nestas páginas que há uma tendência franca >

para o aparecimento em vários países de programas com títulos do género "Adopte um Naufrágio", em que os mergulhadores se organizam para desenhar, proteger e estudar navios afundados. Se bem me lembro, escrevi também que alguns grupos decidiram explorar comercialmente, através de visitas guiadas, sítios de navios afundados. Esta tendência só pode deixar os arqueólogos e políticos envolvidos nas questões do património cultural optimistas. Por várias razões. A primeira é que a protecção do património não faz sentido se ele não for fruído pela população, através de documentários, publicações, museus e visitas guiadas.

A segunda é que é impossível proteger o património se ele não for compreendido como um valor a preservar pela população em geral. É impossível pôr um polícia atrás de cada português, depois um polícia atrás de cada polícia, etc. O melhor aliado do estado é a população. Em Portugal, embora ainda devagar, vai-se percebendo um papel mais activo dos mergulhadores nas questões do património subaquático. Mas os sinais são claros. Em primeiro lugar e acima de tudo, a actuação da FPAS, que colocou uma secção relativa a arqueologia subaquática no Manual do Nível I dos cursos de mergulho. Em segundo lugar o papel do Dr. Pedro Caleja – arqueólogo do CNANS – na lista de discussão Forum de Mergulho, que tem contribuído para alertar alguns mergulhadores e informar outros num lugar de discussão excelente. E em terceiro lugar a actuação de grupos de mergulhadores, que depois de receberem formação de base, através dos cursos da Arqueonáutica nos anos noventa, e agora da NAS, se organizam por forma a participar em trabalhos de prospecção e escavação arqueológica subaquática.

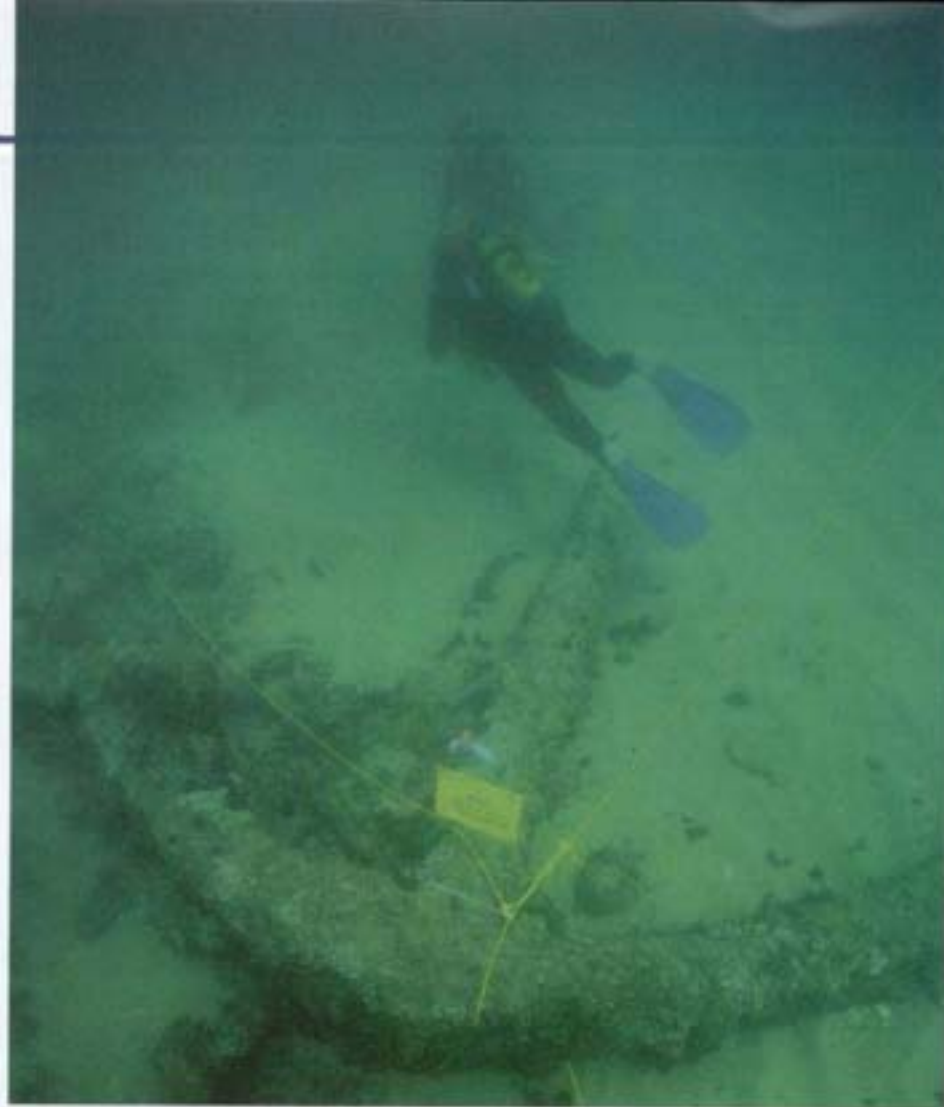
São apenas alguns exemplos destes grupos a associação Arqueonáutica, onde eu comecei em 1993, a Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia, cuja equipa teve um papel determinante na escavação dos destroços da nau Nossa Senhora dos Mártires, a associação ADASCA, ou o Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas (GEPS),

formado em Março deste ano por Jorge Russo com o meu apoio entusiástico e cujo website oficial da Associação, www.gepsnet.org, possui informações sobre os projectos mais imediatos, nomeadamente aquele que possui o meu mais directo envolvimento – em construção lenta, mas contínua – e sedado no server do Nautical Archaeology Program da Texas A&M University. Um outro exemplo de sucesso sustentado é a associação GEO (Grupo de Estudos Océânicos) cujo trabalho no Rio Arade tem sido determinante para a sensibilização da população e das autoridades, camarárias e portuárias, para o descalabro que foram os últimos 30 anos de dragagens sem acompanhamento arqueológico, pilhagens por estrangeiros e locais, e despejo das autarquias até há poucos anos. Penso que as actuações e planos de grupos como o GEO e o GEPS podem servir de exemplo a outras possíveis associações, apesar de não se caracterizarem pelo

estudo e protecção de um navio particular, mas terem objectivos mais amplos e de mais longo prazo. A GEPS pretende publicar o estudo dos naufrágios da região em torno de Peniche.

Não estou a sugerir que os mergulhadores e clubes se organizem em quintas e pretendam apropriar-se de segmentos da costa portuguesa onde possam construir feudos. Muito pelo contrário. O objectivo de Jorge Russo é coordenar a execução de uma carta arqueológica da região em torno de Peniche, mergulhando nos sítios conhecidos, tirando fotografias, fazendo levantamentos dos naufrágios mais expostos, elaborando relatórios, divulgando achados, construindo uma rede de convívios que permitira controlar a pilhagem endémica que é característica de todas as costas do mundo.

Quando dirigi os trabalhos de escavação em S. Julião da Barra nunca recusei uma visita guiada, uma participação nos trabalhos, ou uma entrevista à imprensa.



Conheci assim um número enorme de pessoas interessadas: colecionadores, mergulhadores, pescadores, marinheiros, bombeiros, etc. Sem que fosse preciso pedir, muitos destes interessados deram-me nomes e moradas de pessoas que se têm dedicado à pilhagem daquele sítio. Tenho assim nas minhas notas fotografias e desenhos de artefactos que estão em colecções particulares e espero ainda um dia vir a contactar com as pessoas – algumas das quais já nem sequer vivem em Lisboa – e explicar-lhes que todos ganhamos em acabar com esta situação de segredinhos e “tesouros” a apodrecer nas garagens, fechados em gavetas, ou mesmo em cofres em bancos.

É assim que se constróem as relações de trabalho e cooperação que eu espero que possam um dia vir a permitir incluir muitos sítios de naufrágio nos itinerários dos clubes de mergulho, criar parques subaquáticos onde o estado possa depositar âncoras e bocas de fogo em ferro, cuja conservação em seco é caríssima e não tem nenhuma solução garantida que permita evitar tratamentos cíclicos.

Mas não é só no campo dos mergulhos que se podem gerar sinergias. Entre as

mas perguntas no fórum e obtive respostas inteligentes, simpáticas e acima de tudo homogéneas. Destas respostas retirei duas ideias importantes, para além dos comentários de bom senso sobre as questões levantadas pelo eventual acesso dos chamados “hipopótamos” – os mergulhadores que se arrastam de joelhos sobre o fundo – a sítios arqueológicos subaquáticos frágeis ou sensíveis.

A primeira ideia importante que tirei das respostas ao meu pequeno questionário é que me parece que, de uma forma geral, os interessados acham que há pouca informação sobre os trabalhos subaquáticos em Portugal. Parece que nem o Estado, nem as universidades, nem os grupos interessados estão a fazer o suficiente para chegar aos mergulhadores. Digo isto apesar de saber do trabalho notável de entidades como o Museu de Portimão, cuja exposição sobre o património subaquático do Arade esteve em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia no Verão de 2003 e mereceu elogios de toda a gente.

A segunda ideia é que, também de uma forma geral, os mergulhadores portugueses desconfiam uns dos outros. E

Eu espero que possam um dia vir a permitir incluir muitos sítios de naufrágio nos itinerários dos clubes de mergulho, criar parques subaquáticos onde o estado possa depositar âncoras e bocas de fogo em ferro

ca daquela zona do Tejo. Mas creio que o passo crítico a dar no desenvolvimento de uma política do património subaquático centrada nos cidadãos, e não nos arqueólogos e técnicos do Ministério da Cultura, cabe agora ao Estado. É que a imagem do Estado entre os portugueses não é famosa.

Durante a semana infernal em que orientei os trabalhos de remoção das bocas de fogo em ferro que se encontravam no caminho do enrocamento do molhe da marina de Oeiras, uma das pessoas que conheci fez-me pensar muito neste problema. Depois de nos apresentarmos e termos conversado um bocadinho, este mergulhador trouxe-me um saco com artefactos encontrados ali perto, indicou-me o sítio onde os tinha

Todos ganhamos em acabar com esta situação de segredinhos e “tesouros” a apodrecer nas garagens, fechados em gavetas, ou mesmo em cofres em bancos

inúmeras pessoas extraordinárias que conheci durante o projecto de S. Julião da Barra está a Monica Belo, uma jornalista que se tornou especialista nestes assuntos e tem um livro absolutamente fabuloso sobre os sítios de naufrágios na costa portuguesa no prelo, a editar em breve pelo Círculo de Leitores!

No Algarve, uma associação privada, a IPSIS, tem-se dedicado ao levantamento dos achados fortuitos nas praias onde foram depositados os sedimentos das dragagens do Rio Arade. As colecções de artefactos por eles descobertos, posicionados e depositados no Museu de Portimão é notável e vai levar talvez décadas para ser estudada e publicada. Uma última palavra para os mergulhadores do Fórum de Mergulho. Quando resolvi escrever este artigo lancei algu-

contudo eu posso dizer que durante os últimos dez anos em que trabalhei em arqueologia a esmagadora maioria dos mergulhadores que conheci são honestos e estão prontos a ajudar no minuto em que percebem que o Estado, afinal, são eles. No Verão de 2000, quando dirigi os trabalhos de salvamento dos canhões que se encontravam na zona onde agora está um dos molhes da Marina de Oeiras – trabalho que só foi possível com o empenho enérgico e a compreensão da câmara municipal e do empreiteiro – conheci um grupo de mergulhadores interessado com quem gostaria de ter começado um projecto imediatamente. A minha vida profissional não me permite, mas eu espero que se algum deles ler estas linhas se inspire e reclame para si a execução de uma carta arqueológi-

encontrado, e depois pediu-me para ser franco e dizer-lhe frontalmente se tinha intenções de vender os artefactos que ele me tinha dado.

Não vendi, claro está. Depositei-os no CNANS e mandei-lhe uma cópia do meu relatório na primeira oportunidade. Escandalosamente, ainda não tive tempo de pôr esse relatório acessível, na minha webpage, quase quatro anos depois. Aqui ficam as minhas desculpas.

Em resumo, acho que como cidadãos e mergulhadores devemos exigir do Estado a protecção e a informação que lhes pagamos para nos darem. E há imensa gente extraordinária no mundo da política e na administração pública. Como dizia o Henry Kissinger: “É uma pena que 90% dos políticos dêem uma reputação tão má aos restantes 10%!”. ■